

Mutualismo e Filantropia

Mutualism and philanthropy

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi¹

Resumo:

Este ensaio versa sobre associações mutualistas e filantrópicas ocorridas em Juiz de Fora – Minas Gerais, a partir do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O artigo analisa o crescimento do associativismo operário urbano e suas relações com as origens dos sindicatos. Também enfoca o papel das sociedades filantrópicas na consolidação do status das elites políticas locais.

Palavras-chave: mutualismo – trabalhadores–filantropia.

Este artigo pretende tornar público resultados parciais de uma pesquisa ainda em andamento.¹ O estudo do mutualismo e da filantropia ainda encontra-se num estágio inicial no Brasil, sobretudo quando o comparamos à produção historiográfica existente nos demais países latino-americanos e europeus.² Acredita-se que as razões que levaram a este desinteresse encontram-se no preconceito estabelecido em relação a um tipo de associativismo que não tinha entre suas prerrogativas a de marcar uma oposição dos trabalhadores em relação aos abusos do capital. Tal preconceito acabou por resultar em análises que enfocaram o mutualismo como uma manifestação da pré-história do movimento sindical ou como um sindicalismo “amarelo”, de tom colaboracionista, em oposição a um sindicalismo “vermelho”, mais combativo.

A presente pesquisa pretende prestar uma contribuição para o debate nacional sobre o tema, a partir do estudo do associativismo urbano que proliferou no Brasil a partir das últimas décadas do século XIX a meados da década de 1930.

Importante destacar que, na ausência de um Estado promotor do bem-estar social e de políticas de previdência, essas associações preenchiam uma importante lacuna, contribuindo para a implantação e a consolidação das relações capitalistas que foram sendo paulatinamente im-

¹ Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

plantadas, após o fim do escravismo. Acredita-se que tais associações tenham cumprido um papel fundamental na sociedade civil, no momento em que surgiram e proliferaram. Além de proporcionar um amparo aos desvalidos dos mais diversos matizes, garantiam, mesmo que parcialmente, a aposentadoria dos trabalhadores, se constituíam como espaços de lazer e solidariedade, contribuía como reforço de identidades coletivas e chegavam até a funcionar como instrumentos facilitadores do processo de construção de cidadania.

A opção pelo estudo de todo e qualquer tipo de associação civil no período levou-nos à identificação de dois tipos predominantes: as mútuas e as filantrópicas. Entendemos como mútuas as associações criadas com o fim de prestar socorro aos seus próprios membros em momentos de necessidade. Funcionavam como organismos cooperativos cuja subsistência dependia da continuidade e regularidade das contribuições de seus membros. Já as associações de caráter filantrópico, em sua maioria religiosas, foram criadas por setores sociais privilegiados com o fim de prestar socorro a outros que dele necessitassem, tendo por motivação as ações de caridade.

Dada a amplitude do objeto, escolhemos estudar, a princípio, tais associações em Juiz de Fora – Minas Gerais. Acreditamos que o referido município reuniu de forma típica algumas características favoráveis à emergência de um vasto número de associações, de ambas as modalidades.

Por ter sido um pólo urbano inserido em uma região cafeeira, Juiz de Fora recebeu, ao longo do período em foco, um vasto contingente de libertos em busca de postos de trabalho e do usufruto das inúmeras benesses que a República anunciava. Ao mesmo tempo, a dinâmica cafeeira da Zona da Mata Mineira propiciou a diversificação econômica e financeira da região, que resultou na emergência de manufaturas e fábricas têxteis e alimentares, de um sistema financeiro dinâmico e da introdução de relações assalariadas ou semi-assalariadas de produção.³

Somando-se a isto, a cidade recebeu, também, um significativo fluxo migratório proporcionalmente impactante. Portugueses, italianos, alemães, sírios e libaneses migraram para Juiz de Fora, em diferentes períodos, atraídos pelo seu desenvolvimento econômico e social.⁴ Esses grupos passaram a disputar este mesmo espaço urbano e por mais que a cidade se mostrasse economicamente próspera, dificilmente ofereceria condições adequadas para abrigar tantos trabalhadores, a maioria deles, desqualificados para o trabalho nas primeiras fábricas e nos precários estabelecimentos comerciais. O resultado disso foi a proliferação do desemprego, da orfandade, do desvalimento e, sobretudo, dos índices de criminalidade fartamente documentados pelos processos criminais. Proliferou, neste contexto, um grande número de abrigos para mendigos, asilos para órfãos, hospitais, escolas e as associações de mútuo socorro. Tal

como as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, o município mineiro despontava como um pólo dotado de características típicas que envolveram os processos de transição para o capitalismo no Brasil.

As ações empreendidas para o processo de disciplinarização desta população urbana foram inúmeras. A construção da cadeia pública, a elaboração do código de posturas e dos demais aparelhos ordenadores da urbe contribuíram para a garantia de um crescimento ordenado e progressivo.

Sendo uma cidade dotada de um desenvolvimento industrial significativo, não deixou de ter um movimento sindical dinâmico. Segundo informações disponíveis, em 1920, os assalariados urbanos de Juiz de Fora somavam quase treze mil trabalhadores.⁵ Por sua vez, este conjunto mostrou-se bastante mobilizado em três grandes movimentos grevistas e em diversas organizações sindicais.

No que tange a sua elite política, muito embora parte dela tenha estabelecido ligações próximas ao Imperador, o município viveu um intenso movimento republicano através do qual algumas lideranças locais passaram a ter destaque nacional, sobretudo em função de sua ligação com as hostes florianistas.⁶ Após o afastamento dos militares do controle do regime republicano, tais elites tenderam a ser excluídas dos arranjos sucessórios estaduais, utilizando-se como estratégia de sobrevivência ligações diretas com a capital federal, relações estas que foram facilitadas pela proximidade geográfica entre a cidade e o Rio de Janeiro. Esvaziadas economicamente, em razão da Constituição do Estado de Minas que impediu que os excedentes produzidos pelo café permanecessem em suas regiões de origem, as lideranças municipais tenderam a estabelecer compromissos coronelistas na capital federal, através da troca de votos por cargos da esfera pública. Para este fim, tornou-se necessário um considerável investimento no controle local do voto, o que levou esta elite a investir no fortalecimento de seu *status* e na consolidação e divulgação de seus valores. A edificação de instituições de caridade, dos mais variados matizes, fez parte desta estratégia de sobrevivência política. As inúmeras instituições filantrópicas atestam este investimento, cujos resultados foram bastante promissores.

Nossa pesquisa está, pois, focada no mapeamento das instituições mútuas e filantrópicas que foram formadas ao longo do período e numa análise sobre o funcionamento de algumas delas de forma mais específica. Intencionamos verificar quais as relações de continuidade existiram entre as mútuas e as associações de resistência operária que surgiram na cidade neste mesmo período. No que diz respeito às associações filantrópicas pretendemos saber se existiu algum elo de continuidade entre elas e as irmandades religiosas que haviam em Juiz de Fora. Interessamos também saber de que forma essas associações funci-

onaram como espaços de sociabilidade e solidariedade mútua entre seus membros e se houve o estabelecimento de inter-relações entre os diferentes agrupamentos. Ao mesmo tempo, saber se funcionaram como instrumento de reforço de identidade étnica - para o caso das que abrigavam os imigrantes estrangeiros - ou de reforço de identidade positiva quando abrigassem setores excluídos. Por fim, pretendemos identificar qual o papel exercido pela elite política local sobre tais associações, no intuito de atuarem enquanto reforços de seu *status* para controle político do município.

Todo este conjunto de questões não será respondido sem que se tenha acesso a fontes precisas sobre as associações. A imprensa tem sido pródiga em nos ofertar um volume significativo de informações.⁷ No entanto, as notícias coletadas limitam-se a subsidiar um quadro geral sobre as associações existentes, sua permanência, suas dificuldades e suas relações com a elite local. Embora sejam informações relevantes, não respondem à totalidade das questões propostas.

Desta forma, optamos por selecionar algumas associações sobre as quais dispomos de documentação específica volumosa para realizarmos um estudo mais aprofundado. Sobre as mutualistas estamos tendo acesso à documentação mais completa referente a três associações: Irmãos Artistas, Sociedade Beneficente de Juiz de Fora e Sociedade de Sociedade Operária Italiana de Mútuo Socorro Humberto Primo.⁸ Sobre as filantrópicas, dispomos de vasta documentação sobre a Santa Casa de Misericórdia, sobre a Sociedade São Vicente de Paula e sobre o Abrigo João Emílio.⁹ Na medida em que dispomos de condições de fazer um estudo mais aprofundado sobre seus relatórios, correspondências, estatutos, fichas de sócios etc., a maior parte das questões propostas deverá ser respondida.

As mais importantes fontes acerca das associações mutualistas derivam das ações do Estado Imperial e Republicano para regulamentá-las. Até 1882, cabia ao Conselho de Estado autorizar o funcionamento deste tipo de sociedade no Brasil, o que se dava a partir da análise de seus estatutos, devidamente arquivados no Arquivo Nacional.¹⁰ Encontra-se também no Arquivo Nacional o registro geral das associações civis, para o período republicano. Importante destacar que, após a Lei de 1882, que desobrigou o Conselho de Estado a decidir sobre o funcionamento das associações, elas permaneceram sem qualquer regulamentação até o ano de 1916, quando o Código Civil passou a regulamentá-las.¹¹

No presente momento, estamos concluindo o levantamento de 58 anos de imprensa diária.¹² Além deste imenso trabalho já foram levantadas todas as informações existentes sobre as associações na documentação oficial do município, alocada no Arquivo da Cidade de Juiz de Fora.¹³ No Setor de Memória do Seminário Santo Antônio, foi coletada

documentação relativa à Irmandade Senhor dos Passos, responsável pela construção do Hospital Santa Casa de Misericórdia.

No que diz respeito às fontes secundárias produzidas por historiadores brasileiros, percebe-se um crescimento acelerado desses trabalhos, desenvolvidos, ao mesmo tempo, em várias regiões do país.¹⁴ Adhemar Silva Jr. vem estudando e publicando importante material investigativo sobre as mutuais do Rio Grande do Sul. Pretende pensar o mutualismo como uma estratégia de se atingir determinados fins genéricos que têm pouco de coletivos, sendo o mais importante deles a luta para evitar o descenso social. Destaca que foram raras as mutuais que se transformaram em sindicatos o que dificultou a sua incorporação pelo Estado no momento da implantação da Previdência Pública no país.¹⁵ Destaca, também, que boa parte dessas associações buscava aliar-se às elites locais com o fim de obterem subvenções estatais. Muitas delas preferiam ter em seus cargos associados mais abastados para que este fim fosse mais rapidamente atingido.¹⁶

No trabalho inovador de Ronaldo Pereira de Jesus, focado no estudo das relações entre os setores populares e a Monarquia, o autor abordou, em um de seus capítulos, as associações mutualistas estabelecidas no Rio de Janeiro no período Imperial.¹⁷ Em seu estudo, percebe as mutuais como integrantes do processo de formação da classe operária brasileira, influenciado pelas teses de Thompson acerca das mutuais inglesas. A diversidade das associações encontradas era muito grande. Algumas delas tinham como associados somente escravos. Destaca que algumas posicionavam-se politicamente, indicando para seus associados em quem deveriam votar por ocasião das eleições.¹⁸ Dado que, para funcionarem, precisavam ter anuência prévia do Conselho de Estado, não apelavam muito para a proteção do Estado Monárquico. O autor aventa a possibilidade disso ocorrer em razão desta proteção estar pressuposta devido à necessidade de aprovação prévia daquela mesma associação.¹⁹

Beatriz Kushnir volta o seu estudo para duas mutuais criadas para garantir o socorro e a proteção às prostitutas judias que migraram para o Rio de Janeiro.²⁰ A autora busca perceber as mutuais enquanto espaços propensos à construção de uma identidade positiva, na medida em que funcionavam como alternativas ao processo de exclusão e marginalização social por elas vivido. Ao mesmo tempo, funcionavam como mecanismos de preservação de sua identidade cultural e religiosa.²¹ Desta forma, as mutuais estudadas pela autora não funcionavam como um lugar de resistência, mas como um espaço de aglutinação de interesses de um setor do imenso grupo de excluídos urbanos.²²

Cláudio Batalha²³, em sua análise sobre as mutuais estabelecidas também no Rio de Janeiro no período imperial, busca identificar as eventuais relações de continuidade entre tais or-

ganizações e as irmandades religiosas, entre as irmandades e as corporações de ofício e entre as mutuais e as primeiras organizações de resistência operária. O autor reconhece a existência de continuidades entre essas diferentes associações, pelo menos, no campo cultural. Admite a hipótese de que no Rio de Janeiro, as mutuais eram a única forma viável de organização dos trabalhadores manuais livres após a proibição das corporações de ofício em 1824, uma vez que, muitas delas objetivavam algo mais que o socorro, ou seja, a defesa profissional.²⁴ Através deste argumento, acaba por vinculá-las à emergência do movimento operário:

Se, em algumas regiões e categorias de trabalhadores, o discurso da nobilitação do trabalho é o máximo que será atingido pela organização mutualista, em outras, as linguagens de identidade de ofício, e mesmo de classe operária como um todo, já estão claramente explicitadas. Sem a sedimentação dessas noções teria sido extremamente improvável que tivesse surgido um movimento operário no início do século XX, com a forma que assumiu.²⁵

O elo que liga a maior parte das pesquisas sobre mutualismo no Brasil tem sido a discussão sobre a existência ou não de continuidade entre as mutuais e as associações de resistência operária, ou seja, os sindicatos. Daí a preocupação presente em alguns autores em identificar essas agremiações como uma das manifestações do longo processo de "formação da classe operária". A referência às abordagens de E. P. Thompson é bastante visível. No próprio livro *Formação da Classe Operária Inglesa*,²⁶ Thompson afirma que as associações mutualistas integram o processo de formação de uma consciência de classe operária que se manifestaria mais tardiamente. Para o autor, há dois tipos de organização social que se confrontam: a baseada na mutualidade e a baseada na competição. As primeiras foram fundamentais para a formação da classe operária ao reforçar os elos de solidariedade mútua.²⁷ As sociedades de socorro mútuo foram, assim, importantes instrumentos de criação de uma disciplina de trabalho. Suas regras costumavam ser muito mais rígidas que as do mercado.²⁸ Eram o *locus* de uma sub-cultura da cultura operária e seus vínculos com a formação de uma nova consciência de classe ficam nítidos nesta citação:

A partir desta subcultura, criaram-se os sindicatos menos estáveis; no seio dela, formou-se a futura geração de funcionários sindicais. Os regulamentos dos sindicatos, em muitos casos, não passavam de versões mais elaboradas do código de conduta dos clubes de seguro contra doença. (...) As sociedades de auxílio

mútuo, por existirem em muitas comunidades diferentes, representaram uma influência cultural unificada. (...) Suas concepções sobre o 'homem social' também estimularam o crescimento da consciência de classe operária.²⁹

A presente pesquisa pretende dialogar com todos esses autores, nacionais e estrangeiros, aproximando-se mais das abordagens voltadas para a análise das mutuais enquanto espaços de reforço de identidade de setores sociais excluídos, de vivência de relações solidárias e de *locus* de reforço de hegemonia de setores sociais mais abastados e menos de seu papel na formação de uma cultura operária, embora não o descartemos. Até então, não há comprovação de que em Juiz de Fora estas associações tenham tido relações de continuidade com o movimento sindical, mas, certamente, esta experiência prévia de aglutinação dos trabalhadores foi fundamental para o advento simultâneo ou posterior das sociedades de resistência. Ambas as modalidades de associativismo (mutuais e filantrópicas) atendiam a interesses e estratégias de sobrevivência dos setores despossuídos que, na ausência de um Estado promotor de políticas sociais de amparo à enfermidade, ao desenvolvimento educacional e à garantia de aposentadorias, se propunham a preencher tais lacunas.

No que diz respeito às associações filantrópicas, acreditamos que cumprem um papel fundamental na construção e na manutenção do poder local. Não só pacificando eventuais conflitos resultantes da exclusão social de grupos específicos, como substituindo, mesmo que precariamente, a ação de um Estado ainda incipiente. O uso político da imprensa para este fim foi muito significativo. O apelo às contribuições voluntárias para as sociedades filantrópicas foi permanente. Ao mesmo tempo, a imprensa divulgava diariamente a relação dos cidadãos beneméritos acompanhados de suas respectivas contribuições destinadas às sociedades filantrópicas, mesmo que muito modestas. Todo este investimento, por parte dos doadores mais ricos, se fazia com o fim de edificar e reforçar o seu "capital simbólico", utilizando-nos do conceito de Bordieu.³⁰ Nota-se que, instituições filantrópicas mais aquinhoadas ou dirigidas por setores da elite mais destacados, mantinham, através da imprensa ou do contato com os gestores públicos, uma relação de cobrança pela participação pública mais efetiva na manutenção das mesmas sociedades. Chegavam a argumentar que estavam cumprindo um papel que não lhes era cabido, cobrando do Estado uma participação mais eficaz na manutenção de seus socorridos. Este foi o caso da Santa Casa de Misericórdia, que, em geral, tinha as suas reivindicações prontamente atendidas, tanto pelo Estado como pela contribuição privada. Como se tratava de

um hospital, que também atendia às elites em suas enfermidades, sua importância era dada como inquestionável. Os pedidos por contribuição justificavam-se por si só.³¹ Já as associações menores ou voltadas para fins compreendidos como menos nobres, tais como a de socorrer mendigos ou de abrigar meninas órfãs, assumiam uma postura pública de súplica e submissão e, no geral, eram pouco atendidas. No caso do Abrigo João Emílio, quando solicitava recursos pela imprensa, os recebia em menor monta e sempre acompanhados de conselhos que recomendavam que as órfãs sob sua tutela fossem, de fato, treinadas para serem empregadas domésticas para que não se acomodassem à vagabundagem ou caíssem na prostituição.³²

Estes episódios reforçam nosso argumento. Havia, por parte das associações filantrópicas o entendimento de que desempenhavam uma função que era devida ao Estado. Mas sua postura em relação ao mesmo diferenciava-se em razão de seu *status* e papel na comunidade. No geral, a imprensa funcionava como o principal canal de comunicação entre as elites e a gente comum, através do qual os valores dominantes e o reforço de sua imagem eram repassados.

Um outro mecanismo de reforço da cultura dominante esteve nas vastas doações de patrimônio conferidas a algumas associações filantrópicas. Ao fazerem grandes doações, tais como prédios, construção de capelas, terrenos, etc., setores da elite conseguiram que seus nomes fossem alçados à condição de cidadãos beneméritos ilustres, nomeando pavilhões e tendo suas imagens retratadas em quadros a decorar as instituições beneficiadas que abrigavam um vasto contingente de miseráveis, vítimas de todo tipo de mazelas. Muito embora não nos seja possível contestar a existência de algum tipo de motivação religiosa que os tenha levado à tamanha generosidade, concordamos com Bordieu quando nos afirma que este tipo de conduta se explica muito mais pelo ganho simbólico resultante desta ação do que por um comportamento espontâneo e desinteressado por parte dos doadores³³. Bordieu, em seu estudo sobre a economia das trocas simbólicas, nos fala que condutas aparentemente desinteressadas se explicam e se justificam pelas relações dos atores com o *habitus* e o campo no qual se inserem. Desta forma, as dádivas podem ser explicadas não pelos benefícios econômicos que delas resultem, mas, sobretudo, pelo capital simbólico delas proveniente, materializado pelo conhecimento e pelo reconhecimento de quem os ofertou. Mas *“é preciso que exista um mercado para ações simbólicas conformes, que haja recompensas, lucros simbólicos, com frequência conversíveis em lucros materiais, que se possa ter interesse pelo desinteresse (...)”*³⁴

Como afirmamos anteriormente, em uma economia de município onde os excedentes eram transferidos para o conjunto do estado de Minas, restava à elite recorrer a recursos privados para realizar benefícios públicos, ciente, porém, de que este papel não era seu e de que os ganhos privados indiretos seriam ainda maiores, compensando o investimento.

Interessante está sendo também a análise de como se deu o progressivo esvaziamento dessas sociedades, sobretudo das mutuais, na medida em que o Estado vai chamando a si responsabilidades no campo da seguridade pública. Muito embora algumas mutuais e filantrópicas tenham permanecido até os dias de hoje em funcionamento, a grande maioria delas começa a perder terreno para um novo tipo de associação que passa a proliferar majoritariamente nos anos vinte. Trata-se dos montepios que funcionavam como seguradoras. São empreendimentos do setor financeiro que tinham por fim acumular poupanças individuais a serem utilizadas pelos associados em ocasiões contratualmente definidas. Um grande número delas invadia o mercado financeiro da cidade e acabava por falir, principalmente, em razão dos impactos da I Guerra Mundial. Este tipo de associação não será objeto de estudo desta pesquisa, mas torna-se importante destacar que o impulso associativo espontâneo, característico das sociedades de socorro mútuo, vai perdendo espaço para o advento de iniciativas privadas que visam o lucro. A cooperação vai cedendo espaço para a competição, na medida em que os valores capitalistas se fazem mais dominantes.

As abordagens de A. de Swaan³⁵ nos serão muito úteis para o entendimento desta transição. O autor procurou em seu trabalho identificar as razões que levaram alguns países a implementar contribuições compulsórias que garantissem o estabelecimento de políticas sociais amplas, que vieram a substituir as iniciativas de cunho individual. A análise desse processo de transformação ocorrida nos países europeus em um período mais recuado no tempo é bem próxima ao que estamos percebendo a partir do estudo do caso brasileiro.

Para que o leitor tenha idéia do quadro associativo ao qual estamos nos referindo, apresentaremos um panorama geral das associações, a partir do material levantado até agora. Optamos por apresentar números percentuais que dificilmente serão alterados com a inclusão posterior de uma ou outra associação a ser "descoberta". Em que pese esta ponderação, os números não deixam de ter caráter provisório.

Pelo que foi possível levantar, até então, foi este o quadro associativo no período:

Quadro Associativo (1876/1920) ³⁶

MODALIDADES DE ASSOCIAÇÕES	NÚMERO	PERCENTUAL
Mutuais de Trabalhadores	17	17.17
Mutuais Étnicas	16	16.16
Montepios/Seguradoras	17	17.17
Associações Filantrópicas	36	36.36
Sociedades artísticas e de proteção à saúde	11	11.11
Não identificadas	2	2.02
Total	99	99.99

OBS: estão incluídas entre as filantrópicas, cinco irmandades religiosas.³⁷

Como se pode observar pelo quadro acima, o número de associações era muito significativo, principalmente quando se leva em conta o número de habitantes no município ao longo do período, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro Síntese dos Censos
Populacionais de Juiz de Fora e seus Distritos:

CIDADE/DISTRITOS	1890	1907	1920	1931
Juiz de Fora	17622	28553	51392	69984
Vargem Grande	4339	5265	5120	4975
Água Limpa	3351	5976	5570	5630
Paula Lima	2373	5444	7229	7348
Rosário	2434	3130	4437	4551
Porto das Flores	1772	1659	1678	1710
S. José das Três Ilhas	2874	3451	4167	4312
Sarandy	1939	5171	4524	4582
Francisco de Paula	4354	5926	6916	6978
Chácara	3294	4484	6807	6945
Total	46.242	70.966	99.760	118.946

Na categoria "mutuais de trabalhadores" estão incluídas associações de socorro organizadas por profissão e também as de caráter mais geral. Algumas aparentam ter sido seções locais de mutuais nacionais. Uma delas é específica de empregados de uma fábrica têxtil, a Bernardo Mascarenhas. As associações étnicas eram, sobretudo, italianas. Dez delas foram identificadas, embora duas tivessem mais longa duração (Humberto Primo e Casa D'Itália). As alemãs eram duas e as portuguesas três, sendo que duas das portuguesas se auto-intulavam como clubes (Centro de Cultura Física Força e Coragem e Clube União Luso-Brasileira). As seguradoras eram em grande número e parte delas eram seções locais de empresas nacionais. As filantrópicas estavam ligadas à diversidade de credos religiosos: espíritas, metodistas e, na maioria, católicos. Incluem albergues, asilos, hospitais, irmandades, confrarias e associações de caridade. As artísticas tinham por fim divulgar ou ensinar artes musicais, dramáticas ou literárias. As de saúde visavam conferir amparo preventivo a doenças ou oferecer serviços médicos gratuitos para a população carente.

Este levantamento provisório precisa ser mais bem apurado com novas informações as quais vamos tendo acesso, na medida em que a pesquisa avança. Ele foi feito com base na imprensa diária e muitas associações tiveram breve duração, não havendo como saber por quanto tempo permaneceram em atividade. Muitas se originaram da fusão com outras ou derivaram de transformações, mudando seu nome original. Optamos por identificá-las separadamente. Para os fins primordiais da pesquisa, não levaremos em conta as seguradoras, cujos dados foram inseridos apenas para ilustrar o alto grau de mobilização da sociedade civil existente no município.

Muito embora as mutuais étnicas tenham sido compostas, majoritariamente, por trabalhadores, as separamos em uma categoria distinta, pelas suas especificidades. Funcionavam como verdadeiros aparelhos de reforço da identidade étnica, ameaçada pela sua imersão no "novo mundo". Atuavam como importantes espaços de lazer e de composição de redes de solidariedade mútua em um contexto de muita adversidade. Segundo Beatriz Kushnir, as relações entre marginalidade e imigração eram muito próximas.³⁸ O grande contingente imigrante que veio para o Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, principalmente a parcela que se estabeleceu nos centros urbanos, permaneceu à margem. Desta forma, a organização de associações cujo princípio era a segregação de seu grupo em relação aos demais funcionava como mecanismo de preservação e reforço de sua identidade de origem. Sua principal função era garantir o apoio aos seus compatriotas. Para isto, mantinham relações com o país de origem e com os consulados locais. Destacavam-se na promoção de festividades comemorativas, não muito comuns nas demais

associações, com vistas ao levantamento de fundos e com o fim de proporcionar espaços de sociabilidade e de lazer, reforçando seus vínculos étnicos. Utilizavam-se largamente da imprensa para propagar suas festividades e comemorações. Nestas ocasiões, buscavam ter a presença das autoridades locais e de seus conterrâneos mais ilustres.

Em geral, o tempo de duração de uma mutual era curto. Por problemas derivados da ausência de planejamento orçamentário ou pelas crises econômicas sucessivas do período, tinham o seu patrimônio comprometido e se extinguíam. Com muita dificuldade conseguiam arregimentar sócios que se dispunham a gerenciá-la, havendo dificuldades no preenchimento de cargos e no estabelecimento de quorum para suas assembléias deliberativas. É comum encontrarmos uma perpetuação dos mesmos dirigentes na presidência dessas entidades, ou pela ausência de outros interessados, ou pelo esforço em manterem-se à frente das mesmas, usufruindo dos potenciais benefícios advindos do exercício do poder.

Em que pese essas dificuldades, essas associações desempenharam importante papel na construção do espaço privado no Brasil. Através delas é que a nossa sociedade civil ia se estruturando, ganhando espaço em relação ao Estado. Seu papel na construção da cidadania foi fundamental. Sem essas experiências associativas prévias dificilmente as organizações sindicais teriam existido, mesmo que não haja necessariamente uma confluência de interesses ou uma relação de continuidade entre elas.

Abstract

This essay is about mutualist and philanthropic societies occurred in Juiz de Fora - Minas Gerais, from the late nineteenth to the first decades of the twentieth century. The article analyses the growth of the urban workers associativism and their relations to the origins of workers trade unions. Also focuses on the consolidation of the political elites status through philanthropic societies.

Key words: mutualism - workers - philanthropy.

Notas

¹ Esta pesquisa conta com o apoio da UFJF, da FAPEMIG e do CNPQ (PIBIC).

² Para estudos relativos ao mutualismo europeu ver: FERNANDEZ, Alejandro E. El mutualismo español em un barrio de Buenos Aires: San Jose de Flores (1890-1900). Estudios migratorios latinoamericanos. Buenos Aires: n. 13, 1989 e MARQUIEGUI, Dedler N. Asociacionismo, liderazgo étnico e identidad:

- um enfoque comparado (Lúján, 1876-1920). *Studi Emigrazione*. Roma, n. 115, 1994, entre outros. Para os estudos relacionados aos países latino-americanos ver: BAILY, Samuel. Las sociedades de ayuda mutua y el desarrollo de una comunidad italiana en Buenos Aires, 1858-1918. In: *Desarrollo Económico*. Buenos Aires: volume 21, n. 84, 1982 e DEVOTO, Fernando J. Las sociedades italianas de ayuda mutua de Buenos Aires y Santa Fé. Ideas y problemas. *Studi Emigrazione*. Roma: setembro de 1984, n. 75, entre outros.
- ³ A este respeito ver: GIROLETTI, Domingos. Industrialização em Juiz de Fora (1859-1930). Juiz de Fora: EDUFJF, 1988 e PIRES, Anderson J. Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora. 1870 - 1930. Dissertação de Mestrado, UFF, 1993.
- ⁴ BORGES, Célia Maia (org.) Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora, Juiz de Fora: UDUFJF, 2000.
- ⁵ ANDRADE, Sílvia M. B. Vilela de. Classe operária em Juiz de Fora; uma história de lutas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1989, p. 38.
- ⁶ Para as relações com o Imperador ver: GENOVEZ, Patrícia Falco. **As malhas do poder: as elites de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. (Dissertação de Mestrado, UFF), Niterói; 1996. Para o período republicano ver: VISCARDI, Cláudia M. R. In: **Locus, Revista de História**, Juiz de Fora: EdUFJF, 1999, volume 5, número 2.
- ⁷ A coleta em jornais tem sido feita no Setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes.
- ⁸ As documentações referentes às Associações Irmãos Artistas e Humberto Primo encontram-se organizadas no Arquivo Histórico da UFF. A documentação referente à Sociedade Beneficente de Juiz de Fora encontra-se sob a guarda da própria Associação, até hoje em funcionamento.
- ⁹ Documentações referentes às três associações encontram-se dispersas em várias instituições arquivísticas sendo que a maior parte dela encontra-se sob a guarda das próprias instituições.
- ¹⁰ Conforme atesta BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP, vol. 6, n. 10-11, 1999, p. 45.
- ¹¹ Esta informação consta em: KUSCHNIR, Beatriz. Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 108, nota 16.
- ¹² Para este trabalho contei com o auxílio de vários bolsistas de Iniciação Científica, a saber: João Estevam Lima de Almeida (BIC-UFFJF), Lenilson da Silva Araújo (PIBIC-CNPq), Alessandra Monzo (voluntária), Maíra Carneiro (PROBIC-Fapemig), Fernando Perlatto (PROBIC-Fapemig), Horácio Silveira (BIC-UFFJF) e Thiago Bueno (PIBIC-CNPq).
- ¹³ Para este trabalho contei com a ajuda de dois bolsistas de Iniciação Científica, a saber: Deivy Ferreira Carneiro e Leandro Duarte Rust (ambos PIBIC-CNPq).

- ¹⁴ A seguir, citaremos especificamente alguns autores com os quais pretendemos dialogar de forma mais específica. Para estudos complementares sobre as mutuais brasileiras, destacamos: Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo. Campinas: UNICAMP, vol. 6, n. 10-11, 1999. BIONDI, Luigi. Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patricias e o nascente sindicalismo. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre: PUCRS, v. XXVI, n. 1, julho de 2000. LUCA, Tânia R. de. O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990. PETERSEN, Sílvia R. F. As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário. Cadernos do ISP, Pelotas: número 11, dezembro de 1997. VARGAS, Iolanda G. História da sociedade espanhola de socorros mútuos. Porto Alegre: Dissertação de mestrado, PUC-RS, 1979.
- ¹⁵ SILVA JR. Adhemar L. da. Estado e mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940) In: CD-ROM das Jornadas de História Regional Comparada, Porto Alegre: 2000.
- ¹⁶ SILVA JR., Adhemar L. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889) In: Locus, Revista de História, Juiz de Fora: EdUFJF, 1999, volume 5, número 2.
- ¹⁷ JESUS, Ronaldo P. de. O Povo e a monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889). São Paulo: USP, 2001. tese.
- ¹⁸ Idem, p. 152
- ¹⁹ ibidem, p. 165.
- ²⁰ KUSHNIR, Beatriz. Baile de ... op. Cit.
- ²¹ Idem, p. 156 e 233.
- ²² Ibidem, p. 234.
- ²³ BATALHA, Cláudio. Sociedades de ... op. Cit.
- ²⁴ Idem, p. 53
- ²⁵ ibidem, p. 66
- ²⁶ THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, volume 2.
- ²⁷ Idem, p. 32.
- ²⁸ Ibidem, p. 311.
- ²⁹ Ibidem, p. 314 e 316.
- ³⁰ BORDIEU, Pierre. O poder simbólico, Rio de Janeiro :Bertrand do Brasil, 1989.
- ³¹ SÉRIE: 222 - Documentos referentes à Santa Casa de Misericórdia - documento 15. 19/2/1895 do médico do hospital, Dr. N. da Gama Cerqueira para a Câmara Municipal de Juiz de Fora. Arquivo Público da Cidade de Juiz de Fora.

Jornal O Pharol de 10/01/1903, p. 1, coluna 8. Jornal O Dia de 13/10/1917, p. 1, coluna 2 depositados na Biblioteca Murilo Mendes, Setor de Memória.

- ³² Série 210 - documento 1 - correspondência da Madre Superiora à Câmara Municipal em 09/12/1905. Arquivo Público da Cidade de Juiz de Fora . Jornal O Pharol de 16/02/1907, p. 1, colunas 2 e 3 Artigo de PENNA, Feliciano. Jornal O Pharol, 17/08/1910, p. 1, coluna 3, seção e Jornal O Pharol de 19/10/1910, p. 1, coluna 2. Biblioteca Murilo Mendes, Setor de Memória.
- ³³ BORDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação, Campinas: Papirus, 1996, p. 174.
- ³⁴ Idem, p. 175.
- ³⁵ SWAAN, Abram. In care of State: health, care, education and welfare in Europe and the USA in the modern era. Cambridge: Polity Press, 1988.
- ³⁶ Este período refere-se ao que foi coletado e sistematizado, até então.
- ³⁷ Encontramos referências às seguintes organizações que se auto-nomeavam como irmandades: Rosário, Senhor dos Passos, São Roque, Santo Antônio e Santíssimo Sacramento.
- ³⁸ KUSHNIR, Beatriz. Baile de... Op. Cit. P. 37.